



Um caso de vergonha nacional. E o Congresso

O tiro saiu pela culatra. Nessa onda de debates e seminários sobre a hiperinflação, resolveu-se convidar também o atual "ai-Jesus" do mundo econômico, o professor de Harvard Jeffrey Sachs, considerado o pai ou um dos pais da vitória contra a hiperinflação na Bolívia. Esperava-se que ele repetisse a fórmula mágica do momento, isto é, o diagnóstico de que todos os males do Brasil, inclusive a inflação, têm origem no "rombo" das contas do Governo, e que a única saída é combatê-lo através de um "choque fiscal", vale dizer, medidas que coloquem as finanças do Governo em ordem.

Sachs veio e disse exatamente isso: que o Brasil precisa de um "choque fiscal", como o realizado na Bolívia e outros países que venceram a inflação. Tudo dentro do previsto? Não. Ao contrário. O "choque fiscal" de Sachs não se refere ao corte violento de despesas do Governo, que poderia levar à recessão, como ocorreu no passado — e como está em moda recomendar, aqui no Brasil, dentro da onda de malhação do Estado (Governo) como o culpado de todos os males.

Com todas as letras, Sachs disse que a crise que assola os países latino-americanos nos últimos anos é consequência "da incapacidade de os Governos tributarem suas elites". Ou, em bom português, o Brasil e outros países latino-americanos estão em crise, enfrentam inflação, miséria, desemprego, porque seus Governos cobram impostos de forma absolutamente injusta, cobrando pouco das elites endinheiradas ou, o que é mais grave, concedendo, ao longo dos anos, toda a sorte de perdões e incentivos a grandes grupos e setores econômicos, o que correspondeu à doação de patrimônios bilionários ao longo dos anos.

Sem papas na língua, Sachs repete que "as falhas de tributação sobre as elites destes países são um escândalo". E mais: Na América Latina, e no Brasil, "pagamento de impostos (pelas elites) é uma piada, para não dizer uma tragédia". Conclusão final: Sachs diz que o combate à inflação no Brasil só terá êxito quando houver um "choque fiscal". Mas não o "choque fiscal" que as mesmas elites vinham defendendo, de corte brutal (e recessivo) nas despesas do Governo ou aumento violento de impostos. Nos dois casos, quem continuaria a pagar a conta seriam os mesmos milhões de brasileiros de sempre, as elites continuariam privilegiadas.

Com o corte de despesas, e eventual recessão, as grandes

empresas e elites continuariam a ganhar da mesma forma — com as aplicações na jogatina financeira do over (é bom não esquecer que, no começo de julho, a Federação das Indústrias de São Paulo e outras entidades empresariais do Estado chegaram a propor oficialmente que o Governo promovesse uma recessão, para combater a inflação. Haveria no caso, uma política em que as taxas e juros seriam altíssimas, para "esfriar" a economia.

Claro que, para as grandes empresas, com a caixa alta, seria sopa no mel: aplicariam no open, a essas taxas altíssimas, e continuariam a ter rios de lucros enquanto o desemprego e a miséria se alastrassem pelo País. Também no caso de um "choque fiscal" via aumento de impostos, as elites não sofreriam porque o aumento, puro e simples, apenas atingiria quem já paga impostos, hoje (basta ter memória, a propósito, para constatar que todas as vezes em que se pretendeu combater o "rombo" do Tesouro no Brasil, nas últimas décadas, o caminho sempre foi esse mesmo: aumentar impostos, sobretudo o Imposto de Renda, descontado na fonte por quem trabalha, contribuições à Previdência, etc. Os privilégios e lucros das elites continuaram intocados. Ou foram até ampliados — como aconteceu até no Cruzado).

Em resumo: a vinda de Sachs ao Brasil era esperada ansiosamente pelos porta-vozes dos segmentos da sociedade que querem inculpar o Governo pela inflação, e pedem um "choque" contra ela — a ser pago pelos otários de sempre. Sachs veio, e pôs o dedo na ferida: as distorções vêm de longa data, resultam dos privilégios das elites. Ele falou em "incapacidade dos Governos de cobrar". Aí, foi polido demais: ele deveria ter dito que, ao longo dos anos, os Governos (inclusive do Brasil) não conseguiram ou não quiseram resistir às pressões políticas dos grandes grupos que dominam a vida do País.

E agora? Há uma esperança, sim: agora, o Congresso tem muito mais poderes do que no passado, graças à nova Constituição. Cabe a ele fazer o "choque fiscal" que os Governos não têm feito. Não aumentando impostos. Mas fazendo uma reforma fiscal que acabe com os privilégios e com o escândalo que eles representam. Não se trata de moralismo piegas. Mas de solução para a crise: cobrança adequada de impostos, para reduzir o "rombo" e exorcizar a inflação.

As loucuras da inflação

Para alegria das donas-de-casas e chefes de família, começou uma "guerra de ofertas", com redução de preços para centenas de produtos, entre cadeias de supermercados. Anúncios diários oferecem descontos de 30%, 40%, 50%. Muitas razões para a guerra: os preços subiram excessivamente, há retração do consumidor. Há redes varejistas com estoques velhos, com-

prados a preços baixos — e há, também, a oferta de juros altíssimos no open market, que levam as empresas a tentarem acelerar as vendas para aplicar o dinheiro no mercado financeiro. O que importa, porém, é que, em termos de taxas de inflação, a "guerra de ofertas" pode puxá-las para baixo. Uma hipótese que os analistas não parecem vir levando em conta.